



Parque Natural da Ria Formosa

COMISSÃO DE COGESTÃO

REUNIÃO DE 24/11/2022

ATA N.º 08/2022

Presidência: Rogério Bacalhau, Presidente da Comissão de Cogestão.

Membros da Comissão de Cogestão do Parque Natural da Ria Formosa (PNRF) presentes:

- Castelhão Rodrigues, ICNF;
- Cláudia Sil, CPADA;
- Ema Mendonça, RTA;
- Margarida Almodôvar, IPMA (online via Microsoft Teams).

Assistiram à reunião:

- Ana Xavier, ICNF;
- Domitília Matias, IPMA;
- Esmeralda Palma, DRAPALGARVE;
- Idália Sebastião, ICNF;
- Raquel Monteiro, DRAPALGARVE;
- Susana Marreiros, AMAL.

Aos vinte e quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e dois, pelas quinze horas, reuniu, no salão nobre da Câmara Municipal de Faro, a Comissão de Cogestão do Parque Natural da Ria Formosa (PNRF), com a seguinte ordem de trabalhos:

- Ponto 1 – Leitura e aprovação da ata da reunião anterior;
- Ponto 2 – Aprovação do Plano de Atividades para 2022;
- Ponto 3 – Ponto de situação da elaboração do Plano de Cogestão;
- Ponto 4 – Outros assuntos.

O Senhor Presidente da Comissão, Rogério Bacalhau, deu as boas-vindas, agradeceu a presença de todos, e deu início à ordem de trabalhos.

Relativamente ao **ponto 1**, foi apresentada a proposta de ata da sétima reunião, a qual foi colocada à votação. Cláudia Sil não concordou com a proposta, uma vez que a mesma não fazia referência à sua chegada tardia à sétima reunião. Assim, foram rapidamente feitas as alterações necessárias à ata para espelhar esta clarificação. A ata da sétima reunião, nessa nova redação corrigida, foi então



Parque Natural da Ria Formosa

COMISSÃO DE COGESTÃO

aprovada por unanimidade pelos presentes (Presidente Rogério Bacalhau, Castelão Rodrigues, Cláudia Sil, Ema Mendonça, Margarida Almodôvar).

Seguidamente, passou-se ao **ponto 2** da ordem de trabalhos, relativo ao Plano de Atividades e Orçamento para 2022. Cláudia Sil indicou ter uma declaração a apresentar no sentido de não aprovar o Plano, passando a ler essa declaração, que fica anexa à presente ata. Margarida Almodôvar indicou que nesta fase já devia estar a ser aprovado o Plano de Atividades para 2023, ao que o Presidente respondeu que o Plano para 2023 será a continuidade do trabalho já realizado.

Cláudia Sil indicou não ser claro de onde vêm as verbas indicadas no Plano de Atividades e Orçamento, referindo que o mesmo deve ser transparente. O Presidente referiu que a Comissão de Cogestão não é uma entidade autónoma, não tem número de contribuinte nem gere dinheiro. As ações são sempre efetuadas através das entidades envolvidas na cogestão, através de orçamento próprio ou de candidatura a fundos. Anteriormente, estava previsto serem as autarquias do PNRF, rotativamente, a gerir os fundos para apoiar a Cogestão. Em vez disso, decidiu-se que o total seria afeto à AMAL como representante dos municípios, tendo o protocolo de colaboração técnica e financeira para a cogestão sido assinado entre o Fundo Ambiental, a AMAL e o ICNF. O Presidente poderá verificar junto da AMAL se os fundos são apenas para pagar o técnico ou se é possível também pagar alguma ação que se venha a realizar. Castelão Rodrigues leu uma parte do Anexo III do Protocolo de Colaboração Técnica e Financeira e afirmou que a verba atribuída à Comissão de Cogestão destina-se, durante 3 anos, a apoio técnico e operacional, dedicado e em exclusividade. Alocar verbas para apoio à Comissão de Cogestão não está previsto no protocolo a menos que seja solicitada essa autorização caso haja menos encargos com o técnico. No entanto, dá-se como exemplo a candidatura ao Fundo Ambiental realizada pela Comissão de Cogestão da Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António (RNSCMVRSa): a taxa de financiamento deste apoio é de até 95%, sendo que os 5% remanescentes serão pagos pelo ICNF e pelos dois municípios da RNSCMVRSa (1/3 para cada uma destas três entidades).

Cláudia Sil comprometeu-se a enviar uma estrutura indicativa de Plano de Atividades e Orçamento por e-mail, que já tenha sido utilizada por outra estrutura de Cogestão. O Presidente propôs que os elementos da Comissão de Cogestão opinassem acerca do Plano. 4 elementos da Comissão de Cogestão concordaram com a actual redacção do Plano, 1 elemento discordou (Cláudia Sil) e verificaram-se 2 não comparências. Susana Marreiros lembrou que o Plano de Atividades tem de ser sujeito a parecer do Conselho Estratégico do PNRF antes de ser aprovado.

Relativamente ao **ponto 3** da ordem de trabalhos (Ponto de situação da elaboração do Plano de Cogestão), Susana Marreiros indicou que a Estrutura de Apoio tem estado a trabalhar num questionário para auxiliar na secção de diagnóstico/análise *SWOT* (em português, análise FOFA: “Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças”) e auscultação/envolvimento de atores chave do Plano de Cogestão, de acordo com o guia do ICNF “Plano de cogestão: orientações para a sua elaboração”. Susana perguntou se o IPMA poderia auxiliar nas questões relativas ao inquérito; Margarida indicou que o IPMA não tem um departamento de estatística mas pediu feedback a um colega da área e está a aguardar resposta. Ema Mendonça forneceu o contacto de um professor da



Parque Natural da Ria Formosa

COMISSÃO DE COGESTÃO

UALG (Prof. João Albino), que será contactado pela Susana Marreiros para pedir apoio nos inquéritos.

Passou-se em seguida ao **ponto 4** da ordem de trabalhos (outros assuntos). O Presidente indicou que no mês de dezembro não haverá reunião da Comissão de Cogestão, ficando a próxima reunião agendada para o dia 26 de janeiro de 2023, às 15h.

Uma vez que a DRAPALGARVE ainda não tem um suplente para a Comissão de Cogestão, o mesmo será indicado o mais brevemente possível.

Quanto à Estrutura de Apoio, não haverá um representante do IPMA, dado a entidade não ter de momento recursos humanos para alocar a esta estrutura. No entanto, as colegas da Comissão de Cogestão poderão dar apoio em áreas específicas (Margarida Almodôvar na área do planeamento e ordenamento, e Domitília Matias na área do uso dos recursos da Ria), e expressaram interesse em ser informadas quando a Estrutura de Apoio marcar reuniões.

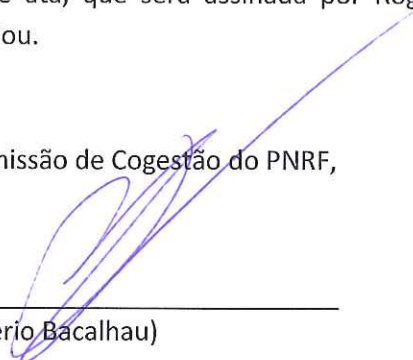
Susana Marreiros indicou que irá decorrer no dia 28 de novembro, em Castelo Branco, uma ação de formação ("Promoção da cogestão em áreas protegidas de âmbito nacional"), dirigida aos técnicos contratados para assegurar o apoio técnico e operacional das atividades ("cogestores"), bem como aos técnicos do ICNF.

Domitília Matias indicou que, no que diz respeito às atividades do IPMA previstas no Plano de Atividades 2022, a promoção da atividade aquícola sustentável já decorreu e os guias temáticos estão atualmente a ser impressos.

Castelão Rodrigues pediu para que na próxima reunião da Comissão de Cogestão um dos pontos da agenda seja a Semana da Ria Formosa.

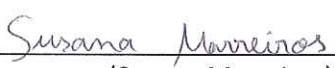
Nada mais havendo a tratar, foi terminada a reunião quando eram dezasseis horas e quinze minutos, da qual, para constar, foi lavrada a presente ata, que será assinada por Rogério Bacalhau, que presidiu, e por Susana Marreiros, que secretariou.

O Presidente da Comissão de Cogestão do PNR,



(Rogério Bacalhau)

A Secretária,



(Susana Marreiros)